

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.054 - PR (2019/0269193-4)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - PR021777
ADVOGADOS : ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI - PR036223
JOSE ANTONIO BROGLIO ARALDI - PR056134
PRISCILA AURÉLIO RODRIGUES DOS REIS - PR058000
RECORRIDO : ACIR ARNAUT DE TOLEDO
ADVOGADOS : RENATO BENVINDO FRATA - PR027187
BRUNO TORTORELLI WINCHE - PR034531
RECORRIDO : AIMARA RIBAS GUIMARAES
RECORRIDO : TADEU JOSE SILVESTRE
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por BANCO DO BRASIL S.A. fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. PROCESSO SUSPENSO A REQUERIMENTO DO CREDOR QUE PERMANECEU ARQUIVADO POR MAIS DE 15 (QUINZE) ANOS, SEM MANIFESTAÇÃO DO EXEQUENTE. OMISSÃO INJUSTIFICADA. PRESCRIÇÃO CARACTERIZADA. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, RECONHECENDO A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO" (e-STJ fl. 322).

Nas razões do recurso especial o recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, violação dos artigos 219 e 1.003, § 5º, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta que não há cabimento para que seja decretada a prescrição intercorrente no presente caso, uma vez que a causa da suspensão não se deu por inércia do recorrente no prosseguimento do feito.

Aduz que o termo inicial para a contagem do prazo prescricional é a data de vigência do novo Código de Processo Civil e que, antes de ter sido decretada a extinção do processo, deveria ter sido intimado pessoalmente para impulsionar o feito, o que não ocorreu.

Após a apresentação das contrarrazões, o recurso foi admitido.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência merece prosperar.

Superior Tribunal de Justiça

Trata-se, na origem, de ação de execução ajuizada pela instituição financeira recorrente, objetivando a satisfação de dívida oriunda de contrato de abertura de crédito fixo.

Conforme narra o acórdão recorrido:

"Na espécie, observa-se que a execução de título extrajudicial, fundada em contrato de abertura de crédito fixo, foi ajuizada em 12.09.1995.

O despacho de citação foi proferido em 13/09/1995 (mov.1.1 – p.22).

A citação dos executados foi realizada em 01/10/1995 e 20/02/1996 (mov.1.6 e 1.17).

A última suspensão requerida pelo exequente e deferida pelo juízo se deu em 08/02/1999, em virtude de negociação existente entre as partes referente às parcelas atrasadas do contrato (mov. 1.45/1.46) com determinação de que os autos aguardassem os autos no arquivo provisório até ulterior manifestação da parte (mov. 1.47).

Considerando-se assim que, desde então, o exequente/apelante não mais compareceu aos autos, vê-se que está bem delineada a conduta desidiosa do credor em perseguir o crédito exequendo, eis que o processo remanesceu durante mais de dezessete anos sem qualquer manifestação do exequente, ou seja, num interregno imensamente superior ao prazo prescricional da própria pretensão, que é de 03 (três) anos, a teor do que dispõe o art. 206, § 6º, VIII, do CC, resultando imperioso o reconhecimento de prescrição intercorrente" (e-STJ fl. 326).

Assim, a sentença de primeiro grau declarou a ocorrência da prescrição, extinguindo o feito com resolução de mérito, o que foi mantido pelo tribunal de origem.

A parte recorrente sustenta a necessidade de intimação pessoal do exequente para dar andamento ao feito.

A Segunda Seção desta Corte, no julgamento do incidente de assunção de competência, REsp nº 1.604.412/SC, em 27/6/2018, para os efeitos do artigo 104-A do RISTJ, fixou as seguintes teses:

"(...)

1.1 Incide a prescrição intercorrente, nas causas regidas pelo CPC/73, quando o exequente permanece inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado, conforme interpretação extraída do art. 202, parágrafo único, do Código Civil de 2002.

1.2 O termo inicial do prazo prescricional, na vigência do CPC/1973, conta-se do fim do prazo judicial de suspensão do processo ou, inexistindo prazo fixado, do transcurso de um ano (aplicação analógica do art. 40, § 2º, da Lei 6.830/1980).

1.3 O termo inicial do art. 1.056 do CPC/2015 tem incidência apenas nas hipóteses em que o processo se encontrava suspenso na data da entrada em vigor da novel lei processual, uma vez que não se pode extrair interpretação que viabilize o reinício ou a reabertura de prazo prescricional ocorridos na vigência do revogado CPC/1973 (aplicação irretroativa da norma processual).

1.4. O contraditório é princípio que deve ser respeitado em todas as manifestações do Poder Judiciário, que deve zelar pela sua

Superior Tribunal de Justiça

observância, inclusive nas hipóteses de declaração de ofício da prescrição intercorrente, devendo o credor ser previamente intimado para opor algum fato impeditivo à incidência da prescrição."

Assim, em observação ao princípio do contraditório, o credor deverá ser previamente intimado para opor algum fato impeditivo à incidência da prescrição intercorrente, o que não foi feito.

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. ORIENTAÇÃO FIRMADA NO IAC no REsp 1.604.412/SC. PARALISAÇÃO DO PROCESSO POR MAIS DE 14 (QUATORZE) ANOS. CONFIGURAÇÃO. NÃO PROVIMENTO.

1. A Segunda Seção desta Corte, em incidente de assunção de competência no julgamento do REsp 1.604.412/SC, decidiu que, nos processos submetidos ao CPC de 1973, a inércia do credor por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado enseja o reconhecimento da prescrição intercorrente, devendo apenas ser atendido o princípio do contraditório mediante a simples intimação do autor.

2. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no AREsp 1.243.304/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 10/05/2019).

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL. INOCORRÊNCIA. INTERRUÇÃO DO PRAZO RECURSAL PELA OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO TEMPESTIVOS. CPC/1973. EXECUÇÃO. AFASTAMENTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NA ORIGEM. NECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO DO CREDOR NÃO PARA DAR ANDAMENTO AO PROCESSO, MAS PARA ASSEGURAR A OPORTUNIDADE DE SUSCITAR EVENTUAL FATO IMPEDITIVO, INTERRUPTIVO OU SUSPENSIVO DO PRAZO PRESCRICIONAL. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. INAPLICABILIDADE DO ART. 267, § 1º, DO CPC/1973. EXIGÊNCIA EXCLUSIVA PARA A CONFIGURAÇÃO DE ABANDONO DA CAUSA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFRONTO COM A ORIENTAÇÃO DESTA SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. TEMA Nº 1. ADEQUAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO" (AgInt no REsp 1.750.147/MS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/04/2019, DJe 03/05/2019).

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de, somente após observadas as diretrizes fixadas por este Tribunal - especialmente o prévio contraditório - analise a ocorrência da prescrição intercorrente.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília, 23 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

